

PLANEJAMENTO TURÍSTICO LOCAL: UMA SUPERACÃO DE PROCESSOS

ASSEMBLEÍSTAS E DE LOCALISMO EXAGERADO¹

Simone Calistro Fortes²

Carlos Alberto Cioce Sampaio³

Universidade Regional de Blumenau

RESUMO - Partindo de uma pesquisa bibliográfica nas chamadas ciências ambientais (humanas e sociais), entende-se o turismo como um fenômeno humano, isto é, sua complexidade não se restringe apenas à dimensão econômica. Foram lançados questionamentos com o intuito de refletir sobre a concepção do planejamento turístico local de maneira participativa, distinguindo processos participativos compromissados (prescindindo engajamento coletivo) daqueles que se caracterizam como experiências de assembleísmo, nas quais não conseguem construir conhecimento coletivo e nem gerar resultados efetivos à comunidade. Também foi formulada uma crítica ao uso de “modelos” pré-concebidos na aplicação do planejamento turístico local que são desprovidos da visão processual sistêmica que, pela sua ausência, não identifica as singularidades inerentes do espaço local e de suas interrelações com o entorno microrregional.

Palavras-chaves - Sociologia do Turismo; Planejamento Turístico Local; Arranjos Produtivos; Microrregional

Reconhecido como um fenômeno de abrangência e complexidade, o turismo exige extremo cuidado em todas as ações a ele relacionadas, sejam elas de cunho científico-histórico (seu estudo), de ordem organizacional (planejamento e gestão de políticas públicas), com objetivos econômicos (empreendimentos turísticos) ou sócio-ambientais (projetos de inclusão, envolvimento e participação comunitária), dentre outros.

Paradoxalmente, é divulgado de forma exaustiva como “indústria” ou segmento de mercado promissor, que vem apresentando crescimento vertiginoso em várias partes do Globo. Esta afirmação acaba causando furor entre os gestores públicos - carregadores oficiais do pesado fardo que impõe a tarefa de alavancar a economia e garantir a geração de empregos. Entretanto, Viard (apud SACHS, 2003: 118) acredita que as estimativas da OMT podem estar equivocadas: (...) *o impacto do turismo sobre o PIB é estimado a partir da avaliação*

¹ Artigo submetido à temática *GT 1 - Turismo e Políticas Públicas* do I Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul.

² Autora principal. Coordenadora do Curso de Graduação em Turismo e Lazer da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

³ Professor dos Programas de Pós-Graduação em Administração (PPGAd) e Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Regional de Blumenau (FURB); Coordenador do Núcleo de Estudos Complexos em Estratégias Organizacionais (NEO) / PPGAd e PPGDR / FURB; Pesquisador do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

das despesas de consumo dos turistas, o que inclui gastos que seriam efetuados independentemente do deslocamento. Todo o faturamento de hotéis, restaurantes e similares está incluído, dessa forma, no setor turístico. Há razões, portanto, para considerar superdimensionadas estas estimativas.

A visão aguçada dos empreendedores e os ânimos de uma população ávida por garantir sua própria sobrevivência também são despertados. Tal entusiasmo, não necessariamente mal intencionado, pode vir a ser uma ilusão perigosa, pois a atividade turística ainda é pouco estudada em toda a sua amplitude, relegando a sua complexidade ao enfoque da administração, que, aliás, poucos autores se arriscam a considerar como ciência, e da economia; podendo ficar à mercê do ímpeto utilitarista individualista, muitas vezes imediatista, dos atores antes mencionados, ocasionando mais perdas que ganhos. Assim, epistemologicamente, há necessidade de incorporar no debate outras perspectivas contextuais: histórica, sociológica, política, ambiental e, até mesmo, de uma outra economia e de uma outra administração; isto é, entender o turismo como fenômeno humano. Estes contextos são interdependentes, cada um interage com o outro, ora se complementando ora se contradizendo. As perspectivas do turismo como fenômeno humano propõem descrever e analisar pressupostos que podem concomitantemente resgatar e construir uma ação social que medeie melhor os interesses de comunidades receptoras, com o *trade* das destinações turísticas de modo que possa diminuir o vácuo existente entre estes dois elementos que equivocadamente, muitas vezes, são considerados como extremos opostos⁴.

Admitindo que quando ocorrem mudanças de ordem natural no meio ambiente, o processo de adaptação pode ser muito demorado, soa pretensiosa a idéia de aproveitar bens naturais, culturais ou sociais, aprimorando-os ou adequando-os para que as expectativas de futuros visitantes possam ser, em curto prazo, plenamente atingidas. Aproveitamento, aprimoramento e adequação implicam mudanças e estas exigem um longo tempo de adaptação, acabando por gerar novos bens, que dificilmente poderão ser dimensionados de forma antecipada, ou seja, podem gerar riqueza e prosperidade econômica ou podem ser negativos e empobrecidos.

⁴ SAMPAIO (2003).

Para GOELDNER, RITCHIE E McINTOSH (2002:36), alguns resultados positivos produzidos pelas mudanças que o turismo provoca podem ser: (...) *amplia os horizontes educacionais e culturais e melhora os sentimentos de auto-valorização; melhora a qualidade de vida, relacionada com renda e padrões de vida mais altos; reforça a preservação do patrimônio e da tradição; justifica a proteção e as melhorias ambientais; o interesse dos visitantes nas manifestações propicia emprego para artistas, músicos e outros, contribuindo assim para a cultura(...)*

SEABRA (2001:27) é taxativo ao enfatizar alguns aspectos negativos: Ao ser considerado como uma “indústria sem chaminés”, o turismo depende da apropriação e da exploração dos recursos naturais e das sociedades locais. Os exemplos de degradação ambiental e sociocultural decorrentes do turismo são abundantes, assim como o são para outros setores industriais. Como na indústria extrativista, o turismo explora a matéria-prima até o total esgotamento; em seguida, ocorrem o abandono e a transferência da atividade econômica para outros locais de exploração. Além do uso indiscriminado dos recursos naturais, a indústria do turismo provoca danos socioambientais e socioculturais bem mais acentuados do que muitas indústrias consideradas poluentes.

Ainda que se consiga prever com boa margem de garantia os possíveis resultados da adequação local para a implementação da atividade turística, sejam eles quais forem, podem ser entendidos como um caminho sem volta. Para OLIVEIRA (2000:139), *quando a localidade começa a se organizar para transformar-se num centro de atração turística, (...), as ações não podem mais parar sob pena de promover prejuízos incalculáveis àqueles que acreditaram e investiram.*

Nesta contextualização, os objetivos aqui propostos são dois: (1) promover uma reflexão sobre a importância de se pensar o turismo de forma contextualizada (convergente ao enfoque de turismo como fenômeno humano), participativa e compromissada, distinguindo-se das experiências de assembleísmo, nas quais não se consegue construir conhecimento coletivo e nem gerar resultados efetivos à comunidade; (2) formular uma crítica ao uso de modelos normativos pré-concebidos na aplicação do planejamento turístico local que são desprovidos da visão processual sistêmica que, pela sua ausência, não identifica as singularidades inerentes do espaço local e de suas interrelações com o entorno microrregional.

PLANEJAMENTO TURÍSTICO E VELHOS MODELOS

Como um segmento de mercado que há pouco mal era percebido e valorizado, o turismo passou a ser, de um momento para outro, a grande “vedete” do quadro econômico mundial. Conforme RUSHMANN (1997:15) *Os anos de 1950 a 1970 caracterizavam-se pela massificação da atividade; quando os vôos charters e os pacotes turísticos conduziram milhares de pessoas às partes mais remotas do planeta, além de conduzi-las a localidades nos próprios países emissores (turismo interno).*

Tão rápidas quanto a ascensão da atividade turística às vitrines globais foram as medidas tomadas para organizar a chegada e a instalação de tal novidade. Neste cenário, prevaleceu a visão tecnicista e fragmentada dos primeiros planejadores. Conforme a PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PNMT (2002:12) sobre a questão no Brasil:

Embora os primeiros indícios desta atividade econômica tenham surgido na década de 20, foi só no início dos anos 70, em pleno milagre econômico, que o turismo começou a aparecer como uma alternativa viável de desenvolvimento e geração de riquezas para o país. A profissionalização, baseada na competência e na qualidade, é um fenômeno recente. Deu-se apenas nos anos 90, quando o turismo se tornou uma importante área de negócios, criando demandas de aprimoramento das competências de planejamento e gestão. O modelo proposto na década de 70 fracassou devido às sucessivas crises econômicas e à falta de percepção...

Modelo normativo não sistêmico de planejamento turístico, sem a devida contextualização local ou microrregional tem boa possibilidade de fracassar. Por isso pode ser considerada limitada ou ingênua a idéia de se criar modelos de planejamento.

Os modelos, que geralmente possuem estruturas engessadas, inflexíveis e verticais, acabam impondo ao invariavelmente sensível espaço de aplicação, danos muitas vezes irreversíveis. MORAES (2002:43), aprofunda a busca pelas razões de tal raciocínio afirmando que foi a excessiva ênfase dada *ao método cartesiano, que impregnou o paradigma da ciência moderna e provocou a fragmentação de nosso pensamento e a unilateralidade de nossa visão.*

Seguindo tal raciocínio, o turismo é planejado e gerido como atividade econômica, se apropriando (utilitariamente) dos valores disponíveis, sejam eles culturais, sociais ou naturais, sem levar em conta suas tênues relações intrínsecas, que até então, garantiam as características e o equilíbrio local. MORAES (2002:43) afirma que,

Na preponderância de suas aplicações, o racionalismo tornou-se uma forma de controle e dominação da natureza e do homem pelo próprio homem, ao produzir aplicações tecnológicas tão ameaçadoras quando desvinculadas de uma compreensão metafísica mais ampla. (...) Esses aspectos estão baseados na crença no progresso material ilimitado, num controle cada vez maior do homem sobre a natureza, no domínio da técnica e de seus efeitos sobre a industrialização de bens e serviços, visando sempre ao aumento da produtividade e à riqueza, na busca do conhecimento científico com base em uma visão predominantemente utilitária voltada para a previsão, o controle e a manipulação do ambiente físico.

Basta observar a definição da palavra planejamento, apontada por Estol e Albuquerque (apud RUSHMANN,1997: 8) para perceber a rigidez aplicada em sua interpretação:

(...) um processo que consiste em determinar os objetivos de trabalho, ordenar os recursos materiais e humanos disponíveis, determinar os métodos e as técnicas aplicáveis, estabelecer as formas de organização e expor com precisão todas as especificações necessárias para que a conduta da pessoa ou do grupo de pessoas que atuarão na execução dos trabalhos seja racionalmente direcionada para alcançar os resultados pretendidos.

Como escravos de um paradigma reducionista e segregador, que constitui as bases de um modo de vida formado por valores artificiais e superficiais, os agentes envolvidos no processo do desenvolvimento turístico dificilmente conseguem libertar-se dos velhos modelos. Para MORAES (2002:48),

Os valores que predominam nos modelos econômicos (...) são aqueles que podem ser quantificados(...) fazendo com que a economia se pareça mais a uma ciência exata do que social (...) provocando uma defasagem entre as teorias econômicas e a realidade atual, pois o entendimento das dimensões sociais, ecológicas e psicológicas implica o esclarecimento de dimensões qualitativas. (...) Os modelos contemporâneos de desenvolvimento e a própria sociedade valorizam tudo que é quantificável, ou seja, a aquisição de bens materiais.

A experiência brasileira no desenvolvimento do turismo mostrou uma importante abertura ao conceber o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, que embora não deixe de ser um modelo de planejamento da atividade turística, considera outras dimensões que superam a idéia unicamente utilitarista. Segundo a publicação RETRATOS (2002:21):

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo é uma resposta vigorosa à necessidade de conscientização, estímulo e capacitação dos vários agentes – públicos e privados – que compõem a estrutura do município. Trabalha para que estes agentes

multiplicadores locais despertem e reconheçam a importância do turismo no desenvolvimento sócio-econômico de suas regiões, considerando a necessidade de conciliação do crescimento econômico com a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural, estimulando a participação de suas comunidades na gestão de seus próprios recursos. A simples existência de atrativos no município ou o reconhecimento do seu potencial turístico não é suficiente para que o turismo se desenvolva por si mesmo. É necessário que o município realize um processo de planejamento e gestão, para que o exercício da atividade resulte em benefícios para sua comunidade. Para o PNMT, cinco princípios devem nortear as estratégias de planejamento e gestão da atividade turística: descentralização; sustentabilidade; parcerias; mobilização; capacitação.

Contudo, o PNMT ainda não conseguiu transformar ações formuladas em resultados econômico-sócio-ambientais, efetivos às comunidades receptoras. Dois fatores merecem ser repensados: a participação do tipo *assembleísta* e a pouca percepção da interconectividade do turismo.

Em relação ao primeiro fator, nada garante que um processo conduzido de forma participativa tenha mais possibilidades de ser efetivo às comunidades de entorno do que àqueles que são conduzidos de maneira menos democrática. Isto não implica que o critério participação não seja importante mas, certamente, não é suficiente. O assembleísmo é geralmente resultado, por um lado, da boa vontade e entusiasmo mais afoito de alguns participantes que idealizam uma situação hipotética de difícil viabilização prática; e por outro, do pessimismo de outros, que pela natureza do processo - como tendo inescapavelmente um caráter local, enquanto esses males possuem raiz estrutural, ou seja, fora do local -, fomentam um debate do tipo beco sem saída. Então, estas duas posições divergentes pouco contribuem para um acordo institucional.

E sobre o segundo fator, o turismo é relegado a uma discussão disciplinar no âmbito da administração e da economia e, ainda, parametrizada no enfoque do racionalismo utilitário, baseado no cálculo de conseqüências individuais (intraorganizacional) que se reproduz nos vetores de eficiência e eficácia econômica incorporados nos modelos de planejamento turístico. Em outras palavras, além da problemática do turismo ser tratada de maneira reducionista, sem interconectividade com as demais disciplinas, os atores sociais têm dificuldade de pensá-la com um olhar mais agregativo (extra-organizacional), baseado no cálculo de conseqüências coletivas que se reproduza no vetor de efetividade organizacional.

O processo organizacional parametrizado em critérios de efetividade tem que ser conduzido de maneira participativa⁵ ou, melhor, compromissada⁶; permitindo concomitantemente diagnosticar uma problemática que enxerga além dos muros organizacionais (extra-organizacionalmente) e, ao mesmo tempo, fomentar ações que, no mínimo, sejam multidisciplinares.

O marco desencadeador dessa participação compromissada é quando os sujeitos da ação (as organizações) se inter-relacionam de maneira substantiva (valorativa) com o objeto da ação (a comunidade de entorno). Organizações e comunidade se entrelaçam, se misturam, se confundem. As ações organizacionais que impactam à comunidade ressoam sobre si próprias.

Planejamento Turístico e Novos Modelos

Como visto, desconfia-se da aplicação de modelos normativos de planejamento turístico, que se sustentam na lógica utilitarista. Mesmo que se trate de modelos normativos participativos que possam relevar as particularidades de cada local. Sampaio e Souza (2003: 8) apontam que: *Os projetos sociais vistos como processos de tomada de decisão devem incorporar um outro tipo de cálculo de conseqüências que não se baseia apenas no utilitarismo econômico (um ganha e outro perde). Talvez nem seja o caso de se fazer cálculos, mas de resgatar novas tipologias de racionalidade ou, ainda, de extra-racionalidade que possam incorporar princípios mais solidários nas decisões organizacionais.*

A maioria das aplicações de modelos de planejamento turístico parte do pressuposto de que o planejamento é um meio para se atingir um fim. Não discorda-se totalmente desta afirmação, entretanto, o planejamento pode ser um fim em si mesmo, sobretudo quando esse resulta na construção de conhecimento ou, melhor, de saber local (SAMPAIO, 2000). Em outras palavras, mesmo que o consenso não seja fácil de ser conseguido entre as partes interessadas num determinado espaço local, ele deve ser almejado. Caso contrário, pode se ter planos tecnicamente bons, mas politicamente inviáveis. O que se pretende é que os atores sociais visualizem a possibilidade de que ganhos coletivos (essência), que acabam

⁵ Participação é o processo de se tornar parte de alguma coisa por opção (SENGE, 2001).

⁶ Comprometimento vai além de um estado de participação, é um sentimento de total responsabilidade na transformação da visão (ideal) em ação (realidade) (SENGE, 2001).

beneficiando interesses individuais (aparência). Entretanto, consciente dos riscos inerentes de um localismo exagerado que, da mesma maneira, utiliza-se do princípio do utilitarismo individualista, baseado na lógica de que um local ganha e um outro local perde.

Transpor o aparente não é tarefa simples, mas, ao mesmo tempo, é imprescindível. Tem-se a crença de que utilizando-se do pensamento dialético (quando dois extremos estão interconectados), seja possível entender aspectos menos visíveis - de difícil verbalização (chamados tácitos⁷) e incompreensão subjetiva⁸ -, de uma determinada realidade, permitindo melhor interpretá-la na sua essência. Segundo HOLLIDAY (1995:180), a dialética é

(...) antes de mais nada, um estilo de pensamento, um modo de raciocinar sobre a experiência da realidade. Podemos nos referir a ela como um método ou um caminho, porque a realidade não se dá a entender de maneira imediata, espontaneamente. Temos de fazê-la falar, encontrando seu sentido profundo. (...) na perspectiva dialética, a realidade é percebida e compreendida em seu movimento, em seu processo de constituição. (...) é também considerada em sua riqueza e complexidade, em suas múltiplas dimensões, que podem ser vistas como instâncias, momentos, partes ou processos.

Uma amostra desta lógica distorcida (afastando-se de qualquer essência) é o exemplo de pólos de desenvolvimento econômico, que produzem riqueza por um lado, para os centros urbanos, e por outro, geram pobreza para as suas periferias. Em geral, costuma-se enaltecer os pólos e repudiar suas periferias, como se fossem dois extremos não conectados (não dialético). Da mesma forma, analisando-se o problema do lixo deixado nas praias, questiona-se qual o direito de uma pequena parcela da população, empreendedores e turistas, tem de se beneficiar (os míopes só enxergam ganhos econômicos!) enquanto que prejudica outra parcela, a comunidade autóctone? Será que é possível desenvolver maneiras de turismo que satisfaçam empreendedores, visitantes e visitados sem incorrer no risco do deslumbramento do turismo internacional? Será possível superar os conflitos entre conservação ambiental, qualidade de vida e aproveitamento turístico? O encaminhamento da oferta turística não está se espelhando nas expectativas da demanda? A comunidade local tem clara sua identidade? Essa identidade não estaria sendo fabricada?

⁷ Ver Polany (1983).

⁸ MAX-NEEF (1993) aponta que não existe a impossibilidade de julgar o subjetivo. O que existe, realmente, é o medo das conseqüências que pode ter tal discurso.

Para se alcançar um novo modelo de planejamento turístico tem-se que combater a lógica adestrada (sempre se fez assim?) do modelo cartesiano, explicitamente disciplinar que fraciona o todo em partes. É fundamental tentar entender e evitar a sobrevalorização da paisagem cênica de determinados locais, do padrão estético arquitetônico ou de itens culturais específicos, em detrimento de outros elementos, certamente mais sutis, mas não menos importantes que compõem um panorama turístico. Para ilustrar a idéia, pode-se dizer que é comum apreciar a arquitetura de uma ponte sem conseguir perceber a maravilha das águas que correm incessantemente no rio logo abaixo dela.

Para MORAES (2002:43), o pensamento cartesiano fez com que a sociedade passasse (...) *a acreditar no progresso material ilimitado e supervalorizasse determinadas disciplinas acadêmicas, o que levou à superespecialização (...) O método reducionista levou-nos a um processo de alienação e a uma crise planetária. Em consequência, a cultura foi ficando dividida, os valores, cada vez mais individualizados, e os estilos de vida mais patológicos.*

Olhar o contexto da totalidade ambiental, na sua complexidade, portanto, é um exercício desafiador para os herdeiros desta lógica cartesiana inculcada nos modelos atrofiados de planejamento turísticos disponíveis. Para LEFF (2002:17), o meio ambiente ... *não é a ecologia, mas a complexidade do mundo. É um saber sobre as formas de apropriação do planeta e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento.*

Portanto, a compreensão de uma determinada realidade deve levar em conta sua complexidade, ou seja, fatores históricos, econômicos, administrativos, sociais, políticos e ambientais, como um fenômeno humano (SAMPAIO, 2003a). Esse contexto exemplifica-se no grupo de trabalho, baseado no âmbito do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba - SC), que está discutindo a temática do turismo, enaltecendo as interconexões do fenômeno turismo com outras questões societárias não menos importantes, como a educação, a segurança pública, a saúde ou a pesca (VIEIRA, 2003). Desta forma, não se pode imaginar uma atividade turística local sustentável se também não estiver relacionada, por exemplo, a uma qualidade de ensino, políticas públicas preventivas de segurança pública e saúde, cooperativas de pescadores integradas em arranjos produtivos

locais⁹, e outros. O editorial do livro Desenvolvimento e Meio Ambiente (2000:14), afirma que, *a qualidade de vida não se resume a um processo técnico e material, embora implícito, mas abrange dimensões subjetivas relacionadas a raízes culturais, relações interpessoais da vida comunitária, com vínculos com a natureza e, em última instância, com o que se poderia definir como busca de sentido para a vida.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização do fenômeno turístico requer uma urgente revisão dos seus princípios e práticas. As vendas dos olhos dos profissionais de planejamento turístico precisam ser retiradas. Há uma necessidade emergente de uma nova visão que resgate a essência e a sobreponha a aparência.

Se não houver esse despertar, a exploração utilitarista da atividade turística acabará descaracterizando, de uma vez por todas, os sistemas naturais e culturais, que já se encontram bastante castigados. Aliás, a (i)lógica da exploração utilitarista acabará, inclusive, por enterrá-la também. É imperativo o resgate dos ambientes naturais e da autoestima das populações autóctones; uma população engajada, compromissada, não se deixa levar por sentimentos de autofagia.

É preciso retroceder no tempo e resgatar os valores da integridade verdadeiramente humana, discutida na filosofia clássica, tais como os que aqui estão sintetizados: intelectual, estética, moral e espiritual¹⁰. A intelectualidade tem que almejar a verdade dos fatos, e não reduzi-los ou, mesmo, distorce-los para melhor compreende-los. Esteticamente, a beleza deve revigorar o sentido de pureza, e não da futilidade. Moralmente tem-se que ressaltar a solidariedade humana em detrimento do bem estar individual. E espiritualmente, a unidade deve ser almejada para fortalecer as relações humanas, ao invés do interesse econômico.

A compreensão de uma problemática na sua complexidade (inter-relações) é uma tentativa de transcender da aparência à essência. Assim, espera-se minimizar as conseqüências dos efeitos nocivos do turismo utilitarista. Embora não se saiba bem como ele surgiu, existe a

⁹ As primeiras experiências que podem ser apontadas como constituindo arranjos produtivos locais são aquelas que integram o estudo chamado Terceira Itália, sobretudo as do *villaggio produttivo* que significam redes de empresas flexíveis localizadas em determinadas regiões italianas e que se beneficiaram da existência de uma rede horizontal de cooperação entre essas empresas (SACHS, 2003).

¹⁰ Como aponta MORRIS (1998).

necessidade de um esforço para esmiuçá-lo¹¹. Através destas reflexões, não se espera conhecer os efeitos inesperados, mas sim evitar, pelo menos, os previsíveis¹².

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Desenvolvimento e meio ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade / natureza. Curitiba: UFPR, n.2, 2000.
- GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; McINTOSH, Robert W. Turismo princípios, práticas e filosofias. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. Para sistematizar experiências. Recife: Universitária, 1995.
- LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2002.
- MAX-NEEF, Manfred. Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y reflexiones. Montevideo: Nordan Comunidad, REDES, 1993.
- MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente. Campinas: Papyrus, 1997.
- MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- MORRIS, Tom. A nova alma do negócio. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- OLIVEIRA, Antônio Pereira. Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2000.
- POLANY, Michel. The tacit dimension. Gloucester (Mass.): Peter Smith, 1983.
- Retratos de uma caminhada: estratégia e ação. Publicação oficial do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – 8 anos. EMBRATUR, 2002.
- RUSCHMANN, Doris. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papyrus, 1997.
- SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamont, 2003.
- SAMPAIO, Carlos Alberto e SOUZA, Vanessa S Fraga de. Divergências e semelhanças entre projetos de turismo sustentável e de responsabilidade social empresarial. In: II Seminário para Professores Universitários sobre Responsabilidade Social das Empresas, 2003, Curitiba (PR). Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2003.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Sociologia do turismo: implicações da atividade turística como fenômeno humano. Revista de Divulgação Cultural, Blumenau, v. 25, n. 80, p. 88-92, 2003a.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo como fenômeno histórico. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2003b. (mimeo)
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável: uma metodologia alternativa para o planejamento turístico. Turismo – Visão e ação, Itajaí - SC, v. ano 3, n.6, p. 97-115, 2000.
- SEABRA, Giovanni. Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas: Papyrus, 2001.
- SENGE, Peter. A quinta disciplina. São Paulo: Best Seller, 2001.
- SERRANO, Célia M. Toledo; BRUHNS, Heloísa T. Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papyrus, 1997.
- VIEIRA, Paulo Freire. Projeto manejo integrado da pesca na Lagoa de Ibiraquera. Edital 02/2002, FNMA: Gestão Participativa do Uso dos Recursos Pesqueiros nas Zonas Costeira e Marinha (Chamada I). UFSC/NMD, Florianópolis, 2003.

¹¹ Ver Sampaio (2003b).

¹² Ver Morin (1990).